

UMA REVISÃO DOS PERCURSOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Brena Costa Lerbach**

Cite este artigo: LERBACH, Brena Costa. Uma revisão dos percursos teóricos e práticos dos movimentos sociais. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.51 - 66, dezembro. 2011. Semestral. Disponível em: www.habitus.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 30 de dezembro de 2011.

Resumo: Este artigo realiza um breve apanhado dos percursos dos movimentos sociais, relacionando o campo empírico às concepções teóricas que o cercam. Com isso, tem como objetivo produzir reflexões sobre a abordagem acadêmica dada aos movimentos sociais na atualidade, tendo em vista sua substituição por outros objetos de pesquisa, tais como democracia participativa, ONGs e sociedade civil.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Redes; Ativismo; Sociedade Civil.

Os movimentos sociais consistiram em um dos fenômenos mais estudados nas Ciências Sociais de meados da década de 1970 até o início da década de 1990. Tal cenário era marcado pelo movimento pelos direitos civis americano, pelos movimentos feminista e ambientalista da década de 1970; e, pensando o Brasil, pelo cenário de efervescência das décadas de 1970 e 1980, quando lutas populares se erigiram contra a Ditadura Militar (1964-1985), a pobreza e a repressão.

No Brasil, após o período da redemocratização, passou-se a apontar, com certo desencanto, que os movimentos sociais haviam se burocratizado; virado partidos; desaparecido, devido ao atendimento das demandas reivindicadas; se empresariado ou assumido a prestação de serviços estatais, esmaecendo-se, assim, o espírito de inovação política que os caracterizava no período anterior. A partir das evidências empíricas da burocratização e do enfraquecimento dos movimentos, os teóricos deixaram de associar a inovação aos atores – os movimentos –, passando a associá-la a um lócus: a sociedade civil (ALONSO, 2009).

Essas mudanças de eixo conceitual dificultam a tarefa de observação e compreensão dos movimentos sociais na sociedade contemporânea. Onde estão e como atuam os movimentos sociais hoje? Torna-se uma tarefa confusa tanto localizá-los na realidade, quanto pensá-los conceitualmente; caindo-se num questionamento recorrente sobre o que são, afinal, movimentos sociais. Outro agravante deve-se à pluralidade de significados atribuídos ao termo, bem como ao fato de os mais variados tipos de ação coletiva serem classificados como movimentos sociais (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004). Em que sentido eles se diferenciam das Organizações Não Governamentais

– ONGs, por exemplo? Uma rede formada por ativistas via internet para a defesa de uma determinada causa pode ser considerada um movimento social? Para Gohn (2010), estes e outros pontos permanecem como lacunas nas produções acadêmicas que abordam os movimentos sociais, por mais que tenham sido alvo de reflexões e debates entre os teóricos [1].

Dessa maneira, acreditamos que recuperar os percursos dos movimentos sociais pode ajudar a elucidar dificuldades práticas e conceituais. Pretendemos rever, de maneira breve, estes percursos, sustentando a hipótese de que a intensidade teórica acompanha a intensidade empírica, e vice-versa. Assim, relacionamos o “enfraquecimento” dos movimentos sociais que se deu na década de 1990 à sua subsequente substituição enquanto objeto de estudo. Com isso, temos o intuito de problematizar as dificuldades de apreensão teórica do fenômeno nos dias atuais. Por fim, apontaremos algumas tendências para os estudos sobre movimentos sociais no contexto contemporâneo, levando em consideração o mundo globalizado, as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e as novas questões que se impõem.

1. Teorias dos movimentos sociais

Os movimentos sociais, hoje reconhecidos como objeto de estudo das Ciências Sociais, foram bem sucedidos em inscrever suas demandas na agenda contemporânea. De modo geral, podemos dizer que os movimentos promoveram mudanças nos valores, nos comportamentos, visões de mundo, nas leis e nas instituições. Suas reivindicações por vezes forjaram direitos. Assim, as ações dos movimentos contribuíram para a promoção de profundas mudanças na sociedade (ZALD, MORRILL e RAO, 2005).

O termo movimentos sociais foi empregado durante os anos 1960 para designar manifestações de um novo tipo que então surgiam: os movimentos feminista, ambientalista, dos direitos civis americano, pela paz, e outros. Antes, falar de movimento social era falar do movimento operário. Em função disso, outras formas de reivindicação (de grupos de natureza e propostas diferentes) eram excluídas das narrativas sobre os movimentos sociais (HOBSBAWM, 1981 *apud* DOIMO, 1995). Além disso, Alonso (2009) destaca que, no período precedente, da década de 1930 a 1960, a sociologia falava mais sobre o individualismo e a desmobilização, sendo a mobilização coletiva geralmente tratada como expressão irracional das massas.

Contudo, um novo cenário se descortinou na década de 1960. Mobilizações se proliferaram e ganharam grande visibilidade. Essas mobilizações também chamavam a atenção por serem diferentes do movimento operário. Eram ações coordenadas que aconteciam fora das instituições políticas, não se baseavam em classe e não tinham como objetivo tomar o Estado, buscando alcançar seus objetivos por meio da persuasão. Outra característica diz respeito ao tipo de reivindicação, que não estava mais voltada por excelência para os meios materiais e para a redistribuição de recursos, mas para questões “pós-materiais” (INGLEHART, 1971 *apud* ALONSO, 2009). Ganhavam espaço questões identitárias, demandas por reconhecimento, questões referentes

à qualidade de vida, ao comportamento, etc. Eram os chamados novos movimentos sociais. Assim, foi para identificar este tipo de movimento que o termo movimentos sociais passou a ser empregado (ALONSO, 2009).

Como novos fenômenos demandam novas explicações (ou, se não “novos”, em evidência), o período subsequente foi marcado por intensa produção acadêmica, observando-se um elevado número de trabalhos sobre o tema nos anos seguintes. Nesse sentido, na década de 1970 houve o surgimento das três principais correntes teóricas sobre os movimentos sociais: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

A Teoria da Mobilização de Recursos surgiu nos Estados Unidos e estava preocupada com as transformações políticas do período. Pela primeira vez uma geração inteira de pesquisadores abordava os movimentos sociais como objeto de estudo central. A expressão “mobilização de recursos” foi criada por McCarthy e Zald (1973, 1977 *apud* CHAZEL, 1992), e indica a orientação geral com a qual os trabalhos dos estudiosos se alinhavam. Diante das teorias que explicavam os movimentos como comportamentos irracionais, levados pela emoção, a TMR enfatizou a existência de racionalidade, sendo a decisão do indivíduo motivada por cálculos de custo-benefício. Assim, em vez de expressão caótica das frustrações individuais não canalizadas pelas instituições, vê os movimentos como ações ordenadas dotadas de sentido (ALONSO, 2009). A corrente da mobilização de recursos tem como principais nomes Zald, McCarthy e Oberschall, além de ter tido seus pressupostos centrais acatados pelos teóricos do processo político (Charles Tilly, Sidney Tarrow, Doug McAdam, Gamson, entre outros).

A TMR foi influenciada pela Economia através do pensamento de Mancur Olson. Assim, os autores utilizam a categoria “organização do movimento social” para referirem-se aos movimentos, pois estão interessados na reunião de recursos e na redução de custos, preocupações comuns de qualquer organização (CHAZEL, 1992). Dessa maneira, McCarthy e Zald (1973, 1977 *apud* GOHN, 2008) utilizavam conceitos do mundo das organizações, entendendo os membros dos movimentos sociais à semelhança de consumidores; os líderes como gerentes ou administradores; e os diferentes movimentos como adversários que competem por recursos, clientela, atenção da mídia e das agências governamentais. A corrente trata os movimentos como se fossem firmas, com normas e hierarquia. Quanto mais longevos, mais burocratizados seriam. Assim, Alonso (2009) aponta que a teoria desagrada à esquerda, pois não dá muito relevo a ideologias e valores; e por comparar os movimentos a empresas. Não dar destaque ao fator ideológico fez com que a teoria se tornasse limitada, sendo alvo de inúmeras críticas. Um exemplo são as críticas de Jean Cohen (1985 *apud* GOHN, 2008), que aponta que a TMR excluía valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados. Nesse sentido, Gohn (2008) afirma que não consideravam a dimensão social dos movimentos.

A TPP, também de origem americana, utiliza uma matriz teórica racional, semelhante à TMR, porém destaca a dimensão política em sua análise. Esta orientação está expressa nas principais noções utilizadas pelos autores, entre elas: estrutura de oportunidades políticas, conflito político, estruturas de mobilização e repertório. Os principais teóricos ligados a esta corrente são Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam. A corrente surgiu a partir de críticas ao utilitarismo e ao individualismo metodológico da TMR, e buscava elementos que cobrissem aquelas lacunas (GOHN, 2008). Assim, Gohn aponta que, enquanto a TMR destacou a lógica econômica dos movimentos, vistos como organizações formais, a corrente do processo político “destacou o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura foi reativado e a interpretação das ações coletivas foi enfocada como processo” (2008: 69). Partindo de uma crítica aos princípios de Olson, até McCarthy e Zald chamaram atenção para os recursos sociais da comunidade, para o contexto político e para a rede de relações sociais, salientando que os movimentos não deveriam ser explicados apenas por variáveis econômicas (GOHN, 2008). Assim, esta corrente rapidamente suplantou a TMR.

Charles Tilly considera o elemento cultural, apontando que os movimentos dependem de certa solidariedade entre os membros. Esta solidariedade seria produto da *cat-net*, ou seja, da combinação entre o sentimento de pertencimento a uma categoria (*catness*) e das redes interpessoais que vinculam os indivíduos entre si (*netness*) (TILLY, 1978 *apud* ALONSO, 2009). Mas a solidariedade não geraria ação se não houvesse estruturas de mobilização, definidas como: “recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais, que favorecem a organização” (ALONSO, 2009: 50). Assim, a mobilização era entendida como um processo pelo qual um grupo cria solidariedade e obtém os recursos necessários para sua ação. Contudo – e esta consiste em uma das diferenças da TPP em relação à TMR –, essas condições só se configuram como movimento social quando encontram oportunidades políticas favoráveis. Dessa forma, enquanto a TMR enfatiza os recursos materiais disponíveis para ativistas individuais, a corrente do processo político dá relevo à estrutura de incentivos e constrangimentos políticos, que agem de forma a delimitar as possibilidades de escolha dos agentes dentro dos cursos da ação (ALONSO, 2009).

Críticas e reformulações sucederam a TPP. Vários autores criticaram o uso indiscriminado do conceito de oportunidades políticas, que, segundo Gohn (2008), tem sido definido, interpretado e aplicado de diferentes formas. Sobre o conceito, desenvolvido principalmente por Sidney Tarrow (1996), McAdam, McCarthy e Zald (1996 *apud* GOHN, 2008) reconhecem que as oportunidades políticas podem influenciar os movimentos, mas afirmam que eles são mais influenciáveis pelas formas organizacionais e ideológicas adotadas. Nesse sentido, sustentavam que a estrutura das oportunidades políticas era mais o resultado da interação dos movimentos sociais com o ambiente do que o simples reflexo de mudanças. Esta reformulação dos autores é importante, pois evita uma interpretação de que os movimentos são gerados passivamente por mudanças no contexto político-social. Como comentam, “os movimentos poderão amplamente nascer de oportunidades do meio

ambiente, mas seu destino é pesadamente formado por suas próprias ações” (McADAM, McCARTHY e ZALD, 1996 *apud* GOHN, 2008: 107).

Outras críticas apontam que a TPP abriu pouco espaço para a cultura na explicação da ação coletiva. Alonso (2009) afirma que solidariedade e *cat-net* possuem menor lugar na teoria, não competindo com os conceitos principais de estruturas de oportunidades políticas e repertório. Assim, a corrente recebeu fortes críticas daqueles que defendiam que a cultura tivesse um papel central na explicação dos movimentos sociais. Os críticos afirmaram que, apesar de criticar em muitos aspectos a TMR, a TPP abordava identidades e ideologia como *recursos* culturais, consistindo em pré-condições para as mobilizações e para a militância (GOHN, 2008). A Teoria do Processo Político foi amplamente aderida nos Estados Unidos e encontrou muitos adeptos na Europa, mas foi pouco difundida no Brasil e na América Latina, onde fez mais sucesso a Teoria dos Novos Movimentos sociais.

Os principais autores da TNMS são Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci. Os autores não constituem uma escola coesa, mas, como aponta Alonso (2009) é possível notar semelhanças entre eles: são críticos em relação ao marxismo ortodoxo, mas mantêm o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos; e sua especificidade está em produzir uma interpretação de fato cultural para os movimentos sociais. O argumento central desenvolvido pelos três é semelhante, e consiste na tese de que ao longo do século XX uma mudança teria alterado a natureza do capitalismo, fazendo com que o centro deixasse de ser a produção industrial e o trabalho, o que teria resultado em novos temas e agentes para as mobilizações coletivas, caracterizadas, portanto, como *novos* movimentos sociais (ALONSO, 2009).

Algumas críticas foram dirigidas à corrente. Segundo Calhoun (1995 *apud* Alonso, 2009), as características que a TNMS aponta como novas (a busca por demandas não-materiais, a criação de identidades) já existiriam há décadas: a ênfase economicista anterior é que teria impedido de percebê-las. Assim, não haveria novidade nesses novos movimentos, a novidade estaria na visibilidade que passaram a receber. Para Plotke (1992 *apud* Alonso, 2009), em qualquer tempo os movimentos sociais combinam demandas materiais e simbólicas, sendo que uma visão idealizada do objeto (antes econômica, agora cultural) teria contribuído para o erro. Outras críticas são feitas à corrente. Alonso (2009) aponta que o conceito de identidade foi considerado vago, pois ora era tomado como uma idéia filosófica e ora era entendido como algo atribuído a indivíduos e grupos. Ela também foi criticada por explicar mal casos não europeus, e por negligenciar mobilizações de direita e com demandas religiosas e comunitárias (EDELMAN, 2001 *apud* ALONSO, 2009).

Como as três correntes enfatizavam diferentes perspectivas na análise sobre os movimentos sociais, houve discussões entre os autores, que opuseram seus pontos de vista. Entretanto, como aponta Alonso (2009), houve uma convergência mínima entre os enfoques “objetivista” e “subjativista”, sendo geral o reconhecimento de que os movimentos envolvem tanto ação estratégica

(controle sobre bens e recursos para a ação coletiva, posicionamento dentro de certas estruturas políticas, etc.) quanto formação de solidariedades e identidades coletivas. Ambas as partes cederam. Melucci (1996 *apud* ALONSO, 2009) afirmou que a TMR e a TPP eram hábeis para lidar com a racionalidade e a lógica da ação dos movimentos e incorporou recursos, estratégias e oportunidades ao seu esquema. Do outro lado, a TPP admitiu as insuficiências no tratamento da cultura, e adotou o conceito de identidade coletiva.

A partir das discussões, de novas tendências [2] e dos novos problemas do século XXI, as teorias se reformularam. A partir da crítica à divisão entre novos e velhos movimentos, acentuada pela burocratização do ativismo, a TNMS deixou de enfatizar os movimentos em si para teorizar sobre a sociedade civil. Esta teoria foi amplamente difundida no Brasil e na América Latina, e trata de temas ligados à arena pública, à participação, à democracia deliberativa, etc. Já a TPP, que suplantara a TMR, redefiniu a abordagem do conflito político, entendendo que os movimentos sociais pertencem a uma gama de formas de ação que envolvem o conflito, o qual se manifesta via nacionalismos, guerrilhas, terrorismo, partidos políticos, guerras civis, revoluções, etc. (ALONSO, 2009).

2. Movimentos sociais no Brasil

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, também há um período de forte mobilização e reivindicação política. O contexto nacional de insatisfação com o fracasso dos planos econômicos do governo, as carências da população e os anseios pela redemocratização motivaram um clima de efervescência nacional, sendo o período caracterizado como “a idade de ouro dos movimentos sociais” no Brasil. Como consequência, a década de 1980 foi bastante frutífera no que diz respeito aos estudos sobre movimentos sociais. Entretanto, na década de 1990, quando se descortina um novo contexto (com o Brasil pós-ditadura, com mudanças na economia e com a globalização), vemos tais mudanças afetarem os movimentos sociais, trazendo também impactos teóricos. Diferente da década anterior, quando ocupavam posição de destaque nas análises sociológicas, os movimentos sociais desapareceram do debate acadêmico, perdendo espaço para as teorias sobre a nova sociedade civil. Falaremos sobre esse processo a seguir.

2.1 Décadas de 1970 e 1980: lutas sociais e redemocratização

Este período foi marcado pela emergência de movimentos sociais, encarados como novos atores capazes de ir além da rigidez característica da luta de classes e de compor a luta contra a política repressora da ditadura. Assim, surgiram movimentos populares [3] e movimentos outros, tais como o “novo sindicalismo” [4] e os movimentos que tinham por objetivo a luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais (movimentos de “raça”, gênero, sexo, pelo meio ambiente, por segurança, pelos direitos humanos, etc.) (SADER, 1988 *apud* GOHN, 2005). Apesar disso, é preciso salientar que, diferentemente dos cenários europeu e norte-americano, onde as demandas coletivas apontavam para uma abordagem cultural da construção de identidades, já que

naqueles países as carências materiais estavam relativamente resolvidas, na América Latina essa realidade era fortemente marcada por problemas de ordem material e pela luta pela democratização política nos países em que haviam se instalado ditaduras militares (GOSS e PRUDÊNCIO, 2004). Desta maneira, nem todas as reflexões acerca das teorias sobre os novos movimentos sociais caberiam em sua totalidade à realidade brasileira, visto que existia sim uma variedade de movimentos sociais, mas persistia a “hegemonia de movimentos populares por terra, casa, comida, equipamentos coletivos básicos, como também a questão dos direitos humanos” (PRUDÊNCIO, 2000 *apud* GOSS e PRUDÊNCIO, 2004). Gohn (2008) enfatiza a importância desses movimentos para a vida política do país, visto que tais atores, ao se reconhecerem como sujeitos de direitos e exercerem sua cidadania, tiveram como principal contribuição a reconstrução da democracia no país. Sobre isso, comenta:

E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do regime militar. Trata-se da reconstrução ou construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado (GOHN, 2008: 320-321).

Nesse contexto, uma das principais idéias relacionadas aos movimentos sociais era a noção de autonomia. Era considerado necessário evitar alianças tidas como “espúrias”, para não transpor práticas autoritárias estatais para os movimentos, e para que estes pudessem permanecer fiéis aos seus princípios. Assim, os movimentos sociais se posicionavam, na maioria das vezes, de costas para o Estado (GOHN, 2005, 2008). Ruth Cardoso (2004) salienta que esta fase é caracterizada pelos cientistas sociais como um período de inovação, sendo que todos destacavam o espontaneísmo dos movimentos, a idéia de autonomia e viam nos mesmos uma quebra em relação ao sistema político. Entretanto, a autora atenta para o fato de que, por vezes, os estudiosos adotaram o discurso dos próprios movimentos, privilegiando alguns aspectos e negligenciando outros. Contagiados pela novidade que os movimentos sociais representavam, produziram interpretações românticas:

(...) em nome de uma ciência social crítica, nós fizemos uma ciência social engajada e pouco crítica, utilizando os discursos que os próprios movimentos utilizavam e ofereciam, estando as interpretações muitas vezes coladas a esses discursos (...) esse discurso era também parte da realidade a ser observada, mas muitas vezes se deu a ele uma importância muito grande. Quando se tratava dos temas aos quais me referi, nessa primeira fase, o espontaneísmo do movimento, por exemplo, não se via o resto (CARDOSO, 2004: 84-85).

Cardoso (2004) ainda atenta para o grande volume de trabalhos que se destinavam à temática movimentalista nos anos 1980. A atuação desses movimentos e a importância que ganharam fizeram com que consistissem em um dos temas mais estudados academicamente dentro deste contexto, corroborando nossa hipótese de que a intensidade teórica acompanha a intensidade

empírica. Contudo, podemos dizer que o movimento contrário é igualmente verdadeiro: o olhar teórico influencia a percepção do empírico. Assim, não havia apenas a existência de uma nova realidade implicando em novas interpretações teóricas. Havia também a percepção dos estudiosos moldando o que é descrito como empírico. Sabemos que a neutralidade científica já foi desmistificada nas ciências sociais, entretanto, como afirma Cardoso (2004), muitas vezes não houve um afastamento ou um estranhamento. Como resultado, a visão que se tinha dos movimentos era das mais otimistas. Havia uma grande expectativa sobre eles. Com a redemocratização se encaminhando, os movimentos sociais acompanharam os trabalhos da Assembléia Constituinte que resultaram na Constituição de 1988 por meio, principalmente, de pressão a grupos políticos, a fim de que suas demandas fossem contempladas na Constituição. No momento seguinte, com a mudança de contexto, percebeu-se que os movimentos sociais modificaram sua atuação. Muitos passaram a atuar em parceria com o Estado e, por vezes, se institucionalizaram, sendo que os autores, agora pessimistas, caracterizaram essa fase como sendo marcada por um refluxo dos movimentos (CARDOSO, 2004). Como resultado, no final da década de 1980 houve uma multiplicação de balanços sobre a literatura dos movimentos sociais, os quais evidenciavam o processo de institucionalização e normalização das formas de ação coletiva no contexto da transição democrática (GURZA LAVALLE, CASTELLO & BICHIR, 2004). Os estudiosos passaram a falar dos movimentos sociais em termos de declínio e cooptação. A partir do suposto esfriamento dos movimentos, os autores passaram a dar centralidade à sociedade civil. Contudo, como Gurza Lavalle, Castello & Bichir (2004) apontam, essa substituição parece não ter acontecido apenas em função dos processos de institucionalização e normalização, mas, em boa medida, em função de mudanças nas categorias analíticas empregadas. Segundo os autores, os movimentos continuaram em cena, porém permaneceram despercebidos na literatura, pois as lentes analíticas passaram a focar outros tipos de atores que despontavam como sujeitos da expansão democrática na década de 1990 - período abordado por nós no próximo subtópico.

2.2 Década de 1990: política formal, neoliberalismo e ONGs

A década de 1990 é caracterizada por um novo cenário. Neste período, o país passava por transformações econômicas e os efeitos da globalização se faziam sentir: adotava-se a reestruturação produtiva e seu modelo de trabalho flexível, contribuindo para o desemprego e o crescimento do setor informal; empresas foram privatizadas, gerando grande impacto sobre os sindicatos do funcionalismo público (os que mais tinham crescido no período anterior); e emergiam novos problemas, como a violência, os quais passaram a ter maior atenção da mídia e por parte dos acadêmicos (GOHN, 2005; 2008). A relação com o Estado também mudava. A Constituição de 1988 incentivou a criação de canais formais para a participação de setores da sociedade civil no que diz respeito às políticas públicas. Foram criados os conselhos gestores de políticas públicas e, como iniciativa municipal, os orçamentos participativos. Em geral, a ação direta, em forma de passeatas e protestos, por exemplo, perdeu força. Com a democratização, os movimentos - principalmente os

populares - perderam a centralidade. A participação se daria pelos canais de participação e representação política que tinham sido abertos, sendo que, para muitos, a fase dos movimentos sociais já estaria ultrapassada: no novo momento, bastaria atuar no plano institucional (GOHN, 2005; 2008).

Assim, Gohn (2005; 2008) aponta que o período foi marcado por crises e tensões no campo dos movimentos sociais. Havia tensões entre as lideranças sobre participar ou não de programas do governo, de conselhos, etc.; e várias lideranças assumiram cargos no poder público. Com o neoliberalismo, o Estado, que buscava transferir parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada, realizou um verdadeiro desmonte das políticas sociais, substituídas por outras, feitas em parceria com ONGs e com o Terceiro Setor. Sobre as dificuldades enfrentadas pelos movimentos sociais, ONGs cidadãs e outras entidades, a autora comenta:

Algumas entidades de apoio aos movimentos até fecharam suas portas, outras fizeram enxugamentos em termos de regiões de atuação, se fundiram com outras, ou ainda deslocaram suas áreas de atuação para setores específicos, dentro do leque dos programas institucionalizados, governamentais ou de apoio advindo da cooperação internacional. Novas pautas foram introduzidas tais como a de se trabalhar com os excluídos sobre questões de gênero, etnia, idade etc. As dificuldades de apoios para manter estruturas mínimas, ou a necessidade de re-orientar suas ações em função de novas diretrizes e regras da cooperação internacional, não deixavam sobra de tempo para as lideranças se articularem com a população. (...) Muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática na qual a idéia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas de projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2005: 81-83).

Para a autora, se antes o princípio fundamental em termos de participação era a autonomia, na década de 1990 ele foi substituído pela cidadania, envolvendo uma concepção de que as pessoas são dotadas de direitos e deveres, devendo haver participação civil e responsabilidade social. Mas seguramente não se tratava da mesma cidadania defendida pelo discurso militante característico da década de 1980. Sobre o uso do termo “cidadania”, assim como “sociedade civil” e “participação”, Dagnino (2004) denuncia a existência de uma confluência perversa entre o projeto democratizante / participativo dos movimentos que atuavam no processo de abertura política; e o projeto neoliberal, que propõe um Estado mínimo, diminuindo seu papel como garantidor de direitos e transferindo as responsabilidades para a sociedade civil. Utilizam-se os mesmos termos, mas significam projetos políticos diferentes. Segundo a autora, esses deslocamentos de sentido têm implicações para a política e para a democracia. Assim, enquanto cidadania, nas décadas de 1970 e 1980, implicava em ter direitos e em exercê-los, em uma cidadania não “dada”, mas construída “de baixo”; a redefinição neoliberal de cidadania baseia-se em um entendimento mais individualista, sendo freqüente a idéia

de que ser cidadão implica em realizar trabalhos voluntários em solidariedade aos pobres ou em ter acesso a certos bens e serviços básicos. Com isso, a autora comenta que proliferaram trabalhos de fundações empresariais engajadas em projetos de responsabilidade social e as políticas sociais se tornaram cada vez mais emergenciais, sendo os beneficiados não realmente vistos como cidadãos, mas como seres humanos carentes. Dessa maneira, Dagnino (2004) atenta para a despolitização dessas noções. Essa despolitização - tanto no que diz respeito aos termos, quanto na prática - também é notada por Gohn (2010). A autora chama a atenção para a alteração das relações do Estado com a sociedade civil, destacando a transposição de uma postura política por parte da segunda para uma postura de parceira do Estado na assistência aos grupos minoritários, marginalizados e excluídos:

Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformam-se as identidades políticas desses sujeitos (...) em políticas de identidades, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas (...). Criam-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos (...) como partes de uma estrutura social amorfa e apolítica. (...) Disso resulta que se deslocam os eixos de coordenação das ações coletivas - da sociedade civil para a sociedade política, dos bairros e associações populares para os gabinetes e secretarias do poder estatal, principalmente no plano federal. A dimensão política (...) desaparece da ação coletiva justamente por ser capturada por estruturas políticas - de cima para baixo, na busca de coesão e do controle do social (GOHN, 2010: 21).

Nesse contexto, os movimentos e as entidades tenderam a adotar uma postura mais aberta às parcerias com o Estado (DAGNINO, 2004; GOHN, 2010), sendo a sociedade civil por vezes vista como as próprias ONGs. Semelhante a Gohn (2005), Dagnino (2004) afirma ter havido uma “onguização dos movimentos”, tendo como fatores a busca por financiamento, as exigências das agências internacionais, e a postura dos próprios governos, que, para fazerem projetos, buscam parceiros mais confiáveis e temem a politização da interlocução com os movimentos sociais. As ONGs, vistas como interlocutoras confiáveis, caso se recusassem a agir com o Estado, perderiam a possibilidade de conseguir ganhos para a causa, além do fato de ficarem excluídas e sem financiamento ameaçar sua própria existência.

A partir dessas mudanças, os autores voltaram o olhar para esses novos atores e relações que então ganhavam destaque. Passaram a ser estudadas as experiências dos orçamentos participativos, dos conselhos gestores de políticas públicas e a democracia participativa; sendo que o foco dos estudos passou a recair sobre a sociedade civil, principalmente sobre as ONGs. Como aponta Gohn (2008: 280), neste momento: “A centralidade da maioria dos estudos passa a ser as redes de ONGs e os mecanismos institucionais da democracia participativa”. Todavia, como viemos argumentando, os discursos sobre a realidade são orientados pela percepção dos que a observam. Dessa forma, como apontam Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2004), a mudança nas categorias analíticas

utilizadas obscureceu a existência e a continuidade dos movimentos sociais, que, apesar de continuarem existindo com considerável importância, não ocuparam lugar relevante na literatura durante o período. Como comentam os autores, os movimentos sociais passaram a ser tema de estudo raro, até mesmo *démodé*. Entretanto, ao passo que alguns movimentos sociais, em especial os de reivindicações populares urbanas, se enfraqueceram na década de 1990; outros movimentos surgiram ou se fortaleceram, como o dos indígenas, os movimentos anti-privatização, o movimento negro e o dos sem-terra. Além disso, a existência de espaços e ações de outro tipo se intensificou por meio, por exemplo, da constituição de fóruns, debates e de redes de economia solidária (GOHN, 2005).

Assim, longe de estarem extintos, os movimentos sociais permanecem, ainda que dividissem o espaço com novos atores [5]. É inegável que houve um processo de institucionalização dos movimentos, no entanto, não se pode dizer que este foi um processo geral. Em vez de desaparecido, acreditamos que os movimentos tenham passado por transformações e continuidades, modificando sua forma de atuação, o tipo de relacionamento traçado com atores externos, e abrangendo novos problemas e questões. Dessa forma, sustentamos que a mudança do foco teórico dificulta a compreensão dos movimentos sociais na atualidade, surgindo questões, como: onde estão hoje esses movimentos sociais? Como podemos definir atualmente os movimentos sociais? Como diferenciá-los de outras entidades e associações? Para elucidar estas e outras questões é necessário investigar os percursos dos movimentos em busca de melhor compreendermos o caminho por eles percorrido até a atualidade, quando os mesmos parecem voltar à agenda, agora envolvidos em discussões sobre um ativismo internacional, redes, o uso das TICs, entre outras. Nesse sentido, Gurza Lavalle, Castello e Bichir (2004: 3) apontam que “desocultar’ os movimentos sociais é tarefa própria da pesquisa empírica e, nesse terreno, apenas a conjugação e acumulação de inúmeros esforços poderão desenhar um quadro abrangente”. No próximo e último ponto falaremos um pouco sobre os movimentos sociais na atualidade, buscando lançar luz sobre a discussão.

3. Pensando os movimentos sociais na contemporaneidade

Por fim, chegamos à contemporaneidade, onde, diante de mudanças e de novas expectativas, delimitar um conceito e uma forma de compreensão dos movimentos sociais de forma consistente, atribuindo-lhe fixidez, parece impossível. Também não parece adequado tentar compreender as formas atuais dos movimentos a partir de antigos padrões. Sobre este ponto, é significativa a afirmação de Melucci:

Estamos, certamente, diante do desaparecimento da ação e dos sujeitos que coincidem com a nossa idéia tradicional de movimento. Não creio que isto signifique o desaparecimento da ação coletiva, nem o desaparecimento dos conflitos sociais. Penso, ao contrário, que o que está desaparecendo é a modalidade de constituição dos atores coletivos que caracteriza a época moderna. A nossa dificuldade está, portanto, no ter que colocar no interior de categorias, hoje obsoletas, fenômenos que não podem ser interpretados por meio delas. Não nos encontramos diante da dissolução dos atores coletivos ou

do desaparecimento dos conflitos, mas de uma mudança profunda da sua forma. (...) verificar-se-á um crescimento da capacidade de produzir conflitos e de construir identidades coletivas mais transitórias e mais flexíveis, que terão como interlocutor também um sistema transnacional (...) (2001: 10).

Nossa opinião é de que conflitos, reivindicações e lutas por causas sempre existem nas sociedades: sempre há questões sobre as quais se posicionam diferentes grupos, com seus diferentes argumentos, lógicas e projetos de sociedade. Entretanto, os movimentos sociais não podem ser apreendidos como um modelo de organização coletiva fixo: em cada período, as lutas seguem tendências e formatos diferentes – se é que se pode falar em formato. Dessa maneira, assim como Melucci e outros autores, não vemos nas mudanças sofridas pelos movimentos sociais (alguns apontam a crise desses movimentos [6]) o desaparecimento dos conflitos e das discussões sobre questões substantivas que permeiam a sociedade e os debates políticos. Pelo contrário: pensamos que, como fenômenos sociais, históricos e, portanto, flexíveis e mutáveis, as lutas passaram a se realizar de outras maneiras. Com isso, fazem-se necessários esforços teóricos para compreender as novas formas de ativismo e das organizações civis postas.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o século XXI trouxe consigo novas situações e problemas. Destacam-se a globalização, o uso das novas TICs (intensificando os fluxos de informações e favorecendo a conectividade entre os atores) e a transnacionalização de questões (religiosas, sobre o meio ambiente, sobre o terrorismo, com relação à posse de armas nucleares e de destruição em massa, etc.). Com a globalização, o ativismo passou da escala nacional à global. Como aponta Alonso “os protestos contemporâneos envolvem ativistas e temas que atravessam fronteiras e se dirigem, muitas vezes, a instituições multilaterais ou a uma opinião pública transnacional. O Estado nacional deixa, assim, de ser o antagonista prioritário, desafiando todas as teorias dos movimentos sociais, que definiam o fenômeno em escala nacional” (2009: 74). Com a intensificação da ação de organizações e corporações em nível global, percebe-se uma nova tendência na organização dos movimentos sociais, cuja articulação e alcance tornam-se, como consequência, cada vez mais globais. Como comenta Machado (2007), esta seria uma forma mais eficiente de se contrapor às corporações econômicas, as quais muitas vezes atuam fora do controle democrático dos governos locais (escapando das jurisdições locais e dos controles das sociedades civis no interior dos Estados no que diz respeito ao cumprimento das legislações trabalhistas e ambientais, por exemplo). Assim, novos esforços teóricos tratam do ativismo transnacional (por exemplo, Keck e Sikkink, 1998 e Tarrow, 2005), apontando para a existência de redes de ativistas que se aglutinam e operam além das fronteiras nacionais, podendo ter como alvo tanto organizações internacionais quanto a política de Estados particulares. Nesse sentido, até os teóricos da sociedade civil seguiram esta tendência, utilizando-se a expressão *globalizing civil society*, como Clark (2003 *apud* ALONSO, 2009).

Diante do novo contexto, os estudiosos foram forçados a adaptar suas abordagens. Melucci (1996 *apud* ALONSO, 2009), por exemplo, escreve sobre a “sociedade da informação”, que se baseia

na idéia de que a mobilização agora visaria não mais o Estado, mas a produção e circulação de conhecimento, buscando-se democratizá-lo. Da mesma forma, Castells (1996 *apud* ALONSO, 2009) fala sobre uma “sociedade em rede”, na qual as identidades coletivas e a globalização se tornariam os principais focos de mobilização, possibilitada via redes de comunicação baseadas na mídia e nas novas tecnologias. Scherer-Warren (2006) também pensa ações coletivas na perspectiva de redes sociais. A autora aponta que, com a globalização e a informatização da sociedade, tem havido a “emergência de novos sujeitos sociais, novas formas de organização e articulação e cenários políticos mais dinâmicos, especialmente em sociedades em processo de democratização” (2006: 109). Para ela, as redes articulam atores e movimentos sociais e culturais, conectando sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns. Com isso, aumenta-se o poder de difusão das informações e conectam-se iniciativas locais e globais. As redes desempenhariam, assim, papel estratégico no empoderamento de coletivos, firmando-se como formas expressivas das articulações políticas contemporâneas. Para a autora, “a sociedade civil do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes interorganizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã” (SCHERER-WARREN, 2006: 126). Nesse contexto, as redes de movimentos sociais possibilitariam a transposição de fronteiras territoriais, temporais e sociais.

A compreensão da ação dos movimentos sociais através da idéia de redes está em harmonia com o que vêm afirmando os teóricos sobre as novas TICs, encaradas como elementos que potencializam a comunicação e a organização dos movimentos. Sobre este aspecto, Machado (2007) defende que as novas tecnologias de informação e comunicação não se tornaram apenas instrumentos que favorecem a organização e a articulação dos coletivos sociais, como também proporcionaram o surgimento de novos movimentos sociais e de novas formas de ativismo. Dessa forma, o autor argumenta que vários atores sociais surgem apoiados em redes e sub-redes menores, descritas por ele como células “dormentes” que podem ser ativadas a qualquer momento:

Trata-se de um jogo em que as múltiplas identidades sociais, interesses e idéias se articulam e se combinam com grande dinamismo em torno de objetivos e fins específicos e determinados. O que chamamos de “forças dormentes”, nada mais são do que pessoas conectadas que, ainda que individualmente pouco possam fazer além de se indignar ante uma injustiça, quando organizadas em uma rede, sentem-se encorajadas para participar de ações e desencadeá-las. Os movimentos sociais organizados em redes têm o poder de agregar essas “identidades individuais”, freqüentemente anônimas e dispersas, ativando os elementos identitários de solidariedade. (MACHADO, 2007: 278).

Com relação às novas formas de ativismo que surgiram com o desenvolvimento das TICs, Machado (2007) aponta, por exemplo, as “guerras de informação”, que, apesar de já existirem anteriormente, tiveram sua atuação potencializada. A partir da construção de um “*mass media* alternativo”, são difundidas notícias e imagens que normalmente não são veiculadas pelas grandes

agências internacionais de comunicação. O autor fala também sobre o aumento do ativismo político através do hackerismo. Ele aponta que a Mi2G (importante empresa de segurança da internet) constatou que uma parte relevante dos ataques registrados a *sites* de governos e corporações tem motivação política e ideológica. Machado (2007) aponta que os ataques digitais aumentam em períodos de conflito político. Como exemplo, ele cita a Guerra do Iraque, quando houve um recorde de ataques digitais bem-sucedidos efetuados por grupos pró-islâmicos e pacifistas ocidentais, totalizando cerca de 30 mil casos, em maio de 2003 (MI2G, 2003 *apud* MACHADO, 2007). A Mi2G ainda aponta que grande parte das ocorrências tem relação com tensões políticas, protestos anti-globalização ou anti-capitalismo, ativismo ecológico, e ativismo em prol dos direitos humanos. Como fatores para o aumento dos ataques, Machado (2007) aponta: a constante inovação tecnológica, o aumento da interconexão global, a utilização das TICs pelos governos e empresas, e o baixo custo e o baixo risco para quem ataca. Assim, conforme Machado (2007), o hackerismo de fundo ideológico tornou-se tão frequente que ganhou uma denominação própria, passando-se a se falar de hacktivism.

Ao final deste artigo, percebemos que nem as lutas e nem os atores deixaram de existir. Ao contrário, os movimentos sociais tomam agora um novo fôlego. Destacam-se, no caso do Brasil, os movimentos étnico-raciais (a luta do movimento negro é bastante relevante nesse sentido, tendo-se em vista a recente conquista da política de cotas nas universidades públicas no Brasil), os movimentos homoafetivos, de mulheres, ambientalistas, do campo, entre outros. Sobre os períodos de alta e baixa intensidade de atuação dos movimentos, Gohn (2010) comenta que a presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, porém é cheia de ciclos, sendo sentida com maior ou menor intensidade em certos períodos.

Reportando-nos ao nosso apontamento inicial, de que o enfraquecimento das produções teóricas sobre os movimentos sociais dificulta a compreensão e a localização desses movimentos na realidade, percebemos que tal fato é fruto das relações estabelecidas entre a realidade e as teorias feitas sobre esses movimentos, que, em função disso, por vezes tiveram sua existência desconsiderada. As lutas assumem novas formas, distintas do modelo de movimento social vigente nas décadas de 1970 e 1980 – e, de fato, este modelo entrou em crise. Mas os conflitos e lutas permanecem, agora se utilizando de novos recursos e envolvidos em novas relações. Multiplicam-se os fóruns, seminários, debates, plenárias, enfim, outros espaços e formas de ativismo e mobilização. Assim, como Cardoso (2004) enfatiza, é preciso estar consciente do contexto político onde se localizam os movimentos. Dessa maneira, a distinção feita entre duas fases – a primeira marcada pela inovação política e a segunda caracterizada pelo refluxo dos movimentos, utilizando-se termos como “institucionalização”, “cooptação”, etc. quase que pejorativamente – se daria menos pela dinâmica dos próprios movimentos, sendo fruto de contextos político-ideológicos diversos. Por fim, acreditamos que para vencer as dificuldades de localizar na prática os movimentos sociais seja preciso empreender esforços sistemáticos a fim de melhor compreender a realidade social. 🌀

NOTAS

* Aluna do 7º período do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Voluntária IC – Prof.^a Cristiana Losekann. Professor Orientador: Prof.^a Cristiana Losekann. E-mail: brenalerbach@hotmail.com.

[1] As lacunas apontadas por Gohn (2010) são: o conceito de movimento social; o que os qualifica como novos; o que os diferencia de outras ações coletivas e de outras organizações, como as ONGs; o que ocorre quando uma ação coletiva expressa num movimento social se institucionaliza; qual o papel dos movimentos sociais no novo século; como diferenciar movimentos oriundos da sociedade civil de ações civis que se constituem ao redor de projetos de mobilização social e que também se autodenominam movimentos; e, por fim, quais as teorias que realmente têm sido feitas para explicá-los.

[2] Por exemplo, Alonso (2009) aponta que houve, na década de 1990, uma tendência ao enfoque a nível mesossociológico, prestando-se atenção às redes de interação social que dão forma aos movimentos. Em vez de pensados da perspectiva institucional (enquanto organizações), os movimentos foram vistos como redes de interação informais, frouxamente estruturadas, e engajadas em causas políticas ou culturais, havendo compartilhamento de identidades, recursos, valores, informação e poder (ALONSO, 2009). Tal concepção pode ser encontrada nos trabalhos de Diani (1992, 2003 *apud* ALONSO, 2009), de Melucci (2001) ou ainda no recente livro lançado por Gohn (2010).

[3] Sob o título “movimento popular” ficaram conhecidos os movimentos populares urbanos, que geralmente tinham como base uma organização em bairros e a assessoria da Igreja Católica (por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e da Teologia da Libertação). Tais movimentos tinham como característica principal a reivindicação por infra-estrutura básica, pelo acesso aos aparelhos coletivos (hospitais, creches, escolas, etc.) e a políticas públicas. Sobre eles, ver Gohn (1982; 2006) e Doimo (1995).

[4] Também conhecido como renovação sindical, propunha um confronto com a estrutura sindical e a política trabalhista de governos autoritários. Construiu sua identidade política e interveio no tratamento dado às relações de trabalho dado pela Constituição de 1988 (Colbari, 2003).

[5] Além dos atores e relações para os quais chamamos a atenção, Gurza Lavalle, Castello e Bichir apontam a centralidade de um novo tipo de ator criado na década de 1990: as articuladoras, compreendidas como “uma espécie de sociedade civil de segundo nível, quer dizer, um conjunto de entidades constituídas por outras associações ou entidades civis” (2004: 10).

[6] Oliveira (1994 *apud* GOHN, 2006) diz não haver uma crise nos movimentos, tendo acontecido uma mudança na forma de interlocução dos movimentos com o Estado. Mas, segundo Gohn “(...) militantes, lideranças e assessores diretos dos movimentos sociais populares sentem e falam da crise, de forma explícita. As dificuldades vão além do plano da mobilização (...) muitos movimentos encontram-se entrenchados em si próprios, donos de verdades (...). Outros ainda são conduzidos de forma paternalista, cerceando as bases enquanto reservas próprias” (2006: 322-323).

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: **Lua Nova**, Núm. 76, 2009, pp. 49-86. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 24 de novembro de 2010.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Os Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- CHAZEL, François. Movimentos Sociais. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- COLBARI, Antônia de Lourdes. **Rumos do movimento sindical no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES e Florecultura, 2003.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Cord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. M. **Reivindicações Populares Urbanas**. São Paulo: Cortez, 1982.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- GOSS, Karine Pereira; PRUDÊNCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. In: **Em Tese**, vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em 24 de novembro de 2010.
- GURZA LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziella; BICHIR, Renata Mirandola. Quando novos atores saem de cena – Continuidades e mudanças na centralidade dos Movimentos Sociais. In: **Cultura e Política, Revista de Sociologia Política**, n.º 5, UFSC, Santa Catarina, outubro de 2004.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: **Revista Sociedade e Estado**. Brasília-DF, v.21, p.109 - 130, 2006.
- KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 9, n.º 18, jul/dez. 2007.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- TARROW, Sidney. **Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics**. New York: Cambridge, 1996.
- TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- ZALD, M. N.; MORRILL, C.; RAO, H. The Impact of Social Movements on Organizations: environment and responses. In: DAVIS; McADAM; SCOTT; ZALD. **Social Movements and Organization Theory**. Nova York: Cambridge University Press, 2005.

[\[Retornar ao índice\]](#)